

Comissão vai investigar adiamento de audiências

Cerca de 100 audiências são adiadas mensalmente e essa situação só vem crescendo

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 25 de setembro de 2013



PROCU
COORDENA
RECC

A Corregedoria Geral da Justiça irá criar um grupo de trabalho para analisar as causas de tantas audiências serem adiadas no Estado e buscar soluções para diminuir o tempo de espera por sentença. Segundo dados do órgão, durante este ano, cerca de 100 audiências são adiadas mensalmente e essa situação vem crescendo a cada mês.

O grupo que foi instituído através de Portaria de nº 829 de 23 de setembro de 2013, terá membros do Judiciário, do Poder Executivo, instituições essenciais ao trabalho da Justiça e entidades fora do sistema essencialmente jurídico, a exemplo do Comando a Polícia Militar (PM) e do Departamento Penitenciário de Sergipe (Desipe), já que uma das possíveis causas é a falta de policiais para fazer a escolta dos presos.

“O Desipe já informou que há dificuldades nas requisições e, embora os juízes tenham a prerrogativa de definir data, hora e local para as audiências, a Corregedoria tentará encontrar uma solução racional e que preserve a independência dos envolvidos”, explicou o juiz corregedor Francisco Alves Júnior.

Ainda de acordo Francisco Alves Júnior, o grupo será instituído para buscar soluções para os problemas que estão dificultando a realização das audiências. “Que muitas audiências são canceladas, isso é fato, as causas estamos investigando. Cabe ao Judiciário, com a máxima prioridade, requisitar os réus para que eles tenham uma sentença, condenação ou absolvição, de forma rápida. A lei determina que tenha uma requisição, ou seja, é uma ordem para que o réu seja apresentado naquela data, local e horário, cabe ao Executivo cumprir essa ordem.



**GRUPO BUSCARÁ AS
SOLUÇÕES PARA OS
PROBLEMAS QUE
ESTÃO DIFICULTANDO
A REALIZAÇÃO DAS
AUDIÊNCIAS**



■ **Francisco Alves Júnior:** “muitas audiências são canceladas, isso é fato, as causas estamos investigando”

Como há informações, fruto de conversas do mutirão carcerário, de que esse número preocupante de audiências que estão sendo suspensas acontece por deficiência do Poder Executivo, o Judiciário, resolveu sentar para vê em que podemos ajudar”, ressalta o magistrado.

O grupo que irá atuar nessa investigação foi instituído na última segunda-feira, e o intuito é descobrir os entraves e buscar uma solução. “É um grupo de trabalho composto de juízes, tanto juízes auxiliares da presidência quanto da corregedoria, juízes criminais da capital e interior, o juiz da vara de execuções penais, que nesse aspecto me parece uma vara estratégica, as instituições essenciais ao funcionamento da justiça, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Defensoria Pública, porque a massa carcerária em sua grande maioria é beneficiária da justiça gratuita. E de fora do sistema não essencialmente jurídico, o Desipe e o Comando da PM, exatamente porque as informações chegam de várias maneiras apontando várias causas, entre elas a falta de policiamento e o número necessário de policiais para fazer escol-

ta”, explica o juiz corregedor.

• A comissão

Os integrantes do grupo estão sendo convidados via ofício para fazer parte dos trabalhos, mas nenhuma instituição é obrigada a integrar a comissão. “O grupo foi instituído numa portaria e ontem de manhã já começaram a sair os ofícios convidando as instituições a participar. O Judiciário não pode determinar que haja a participação do MPE ou da OAB, nós convidamos as instituições para, se quiserem, vim conversar conosco”, esclarece Francisco Alves.

O juiz corregedor está confiante e espera conseguir alcançar o objetivo do grupo, que é o de diminuir o tempo de espera por uma sentença. “Temos esperança que esse trabalho se fortifique. Ao Judiciário não interessa colocar culpa em alguém, nosso interesse é que o serviço seja bem prestado e que o contribuinte pague por um serviço eficiente, um serviço de escolta de preso, um serviço de realização de audiências, um serviço de construção de estrada, qualquer coisa tem que ser eficientemente desempenhada”, assegura o magistrado.